



DL-01

Ses. Esp. 14/12/12

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Especial em comemoração ao Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e aos nove anos de fundação do Iapaz – Instituto de Estudo e Ação pela Paz com Justiça Social, proposição de nossa autoria.

Convido para compor a Mesa o major PM Antônio Basílio, representando, neste ato, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Alfredo Castro; a Sr^a diretora do Iapaz, Ivonete Bispo; a diretora do grupo Tortura Nunca Mais, Ana Guedes.

Quem quiser, pode se aproximar. Tem algumas cadeiras aqui na frente, podem sentar mais à frente para acompanhar melhor os trabalhos.

Registro a presença de Evanice, também diretora do Iapaz; Patrícia Alves, da Secretaria de Organização da União Brasileira de Mulheres; Soraia Silva Melo, da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Gilmar Silva, defensor público; Jucimara Carvalho Santana, do Movimento Frente de Luta Popular; Pedro Pirajá, liderança comunitária da Associação de Moradores Vista da Bahia.

Como proponente da sessão, farei uso da palavra.



4534-II

Ses. Esp. 14/12/12

Or. Álvaro Gomes

“Comemoração ao Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e Nove Anos de Fundação do IAPAZ”.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Quero saudar a Mesa, o major PM Antônio Basílio, representando o comandante-geral da Polícia Militar; saúdo Ivonete Bispo, diretora do Iapaz; Ana Guedes, militante histórica no movimento de direitos humanos e diretora do Tortura Nunca Mais; saúdo todos os presentes, todas as lideranças desta sessão especial que marca o Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e os nove anos de fundação do Iapaz.

Quero registrar que sou presidente do Iapaz, e como parlamentar, a representação do Iapaz, hoje, será feita por Ivonete, Ivonice, Agnaldo, e outros diretores do Iapaz que estão aqui. Não poderíamos de deixar de realizar essa Sessão Especial, inclusive, para fazer uma reflexão. Nós aprovamos, aqui na Assembleia Legislativa, o Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social. Essa lei escolheu, exatamente, o dia 10 de dezembro porque é o Dia dos Direitos Humanos.

Esse dia precisa ser marcado com diversas atividades, nos diversos bairros e em todo estado. O Iapaz realiza, todos os anos, um seminário e uma caminhada. Este ano nós decidimos realizar essa sessão Especial.

Eu queria, portanto, iniciar o meu discurso dizendo que só acreditamos na resolução do problema da violência com a implementação de políticas, que estabeleçam justiça social para a sociedade. Nós vivemos um mundo cheio de violências e a violência não se restringe ao estado da Bahia, à cidade de Salvador ou ao Brasil. É uma violência mundial.

Nós sabemos muito bem que o desenvolvimento das forças produtivas e do desenvolvimento econômico se dá, naturalmente, pela ação do ser humano, ou seja, em função da intervenção humana. O reflexo desse crescimento, desse desenvolvimento pode ser negativo ou positivo a depender da situação concreta e do sistema em que vivemos.

Queria registrar um pouco a história recente do mundo, para mostrar um pouco o reflexo do sistema na vida das pessoas. A revolução Bolchevique em 1917, na Rússia, na



minha opinião, foi o fato mais importante do século passado. Foi uma revolução que implementou o socialismo em um dos países mais atrasados do mundo e o transformou em um dos países mais avançados do mundo.

É importante dizer que o crescimento econômico e o desenvolvimento que se deu da Rússia, na União Soviética, refletiram em sua população, principalmente na melhoria das condições de vida de sua população, no que diz respeito à saúde; à alimentação; à moradia; às condições de trabalho. As condições de vida das pessoas melhoraram de forma considerável.

A União Soviética transformou-se em um dos países mais potentes do mundo. Era um dos países mais atrasados e se transformou em um dos países mais avançados do mundo. Essa implementação do socialismo na União Soviética interferiu, inclusive, nos países capitalistas, do ponto de vista da melhoria das condições de vida da sua população. Se observarmos o chamado “estado de bem estar social”, que significava o pleno emprego, as questões da saúde, educação e previdência, então ele, nos países capitalistas desenvolvidos, melhorou a situação de vida das pessoas. Isso foi fruto do socialismo na União Soviética, como também da luta da população, da sociedade.

Você vivia naquele período a bipolaridade, ou seja, de um lado os países capitalistas e do outro, os socialistas. Só que a força do socialismo determinou a melhoria das condições de vida das pessoas, inclusive nos países capitalistas, fruto da luta da sociedade. O que nós observamos com o chamado fim do socialismo real, ou a chamada queda do Muro de Berlim, foi uma situação onde o mundo passou a ficar de forma unipolar num determinado momento, quando a maior potência econômica e militar, os Estados Unidos, com seu PIB de mais de 15 trilhões de dólares, passou a dominar cometendo violências e atrocidades no mundo inteiro.

Então, essa situação se agravou e fez com que as condições de vida das populações nos países capitalistas piorassem ainda mais, inclusive nos desenvolvidos, como os próprios EUA, a França, Itália, Espanha, o Japão, aumentando, portanto, a violência.

Quero citar um dado da Organização Mundial de Saúde, que registrou que em 2000, por exemplo, foram 1 milhão e 260 mil mortes no trânsito, 815 mil suicídios, 520 mil



assassinatos e 320 mil mortes em guerras e conflitos. É importante registrar que 90% dessas mortes aconteceram nos chamados países pobres. Isso não significa que eles são responsáveis pela violência. Muito pelo contrário! Os países pobres são vítimas da violência dos países ricos. Esta é que é a situação que observamos hoje no mundo.

Observamos também que no Brasil o crescimento da violência deu-se de forma assustadora. Para se ter uma ideia, em 1979 foram registrados 11 mil assassinatos. Em 2003 esse número subiu para 51 mil. Em 2004, 2005 e 2006 houve uma pequena queda. Mas hoje o número de assassinatos aqui se encontra na casa dos 48 a 50 mil ao ano! Ora! Isso é uma taxa assustadora!

No que diz respeito à mortalidade por arma de fogo - só para compararmos do ponto de vista do crescimento em taxas, índices - em 1982 o número de assassinatos era na proporção de 7,2 para 100 mil habitantes. Em 1992, 10 anos depois, essa taxa subiu, 14 para 100 mil. Em 2002 foi para 21,8 por 100 mil habitantes. Subiu de 7,2, em 1982, assassinatos por arma de fogo por 100 mil habitantes, subiu para 21,8 em 2002. Então essa é a realidade que nós vivemos, uma realidade que, inclusive, segundo o próprio psicanalista Leopoldo Nosek, em seu livro *Violência com Diálogo, Reflexões Psicanalíticas Sobre Terror e Terrorismo*, segundo ele o número de violência atingiu proporções epidêmicas que categorizaram esse movimento de genocídio de almas.

Portanto, essa violência que nós estamos observando, é uma violência assustadora. São necessárias medidas urgentes, é necessário implementar políticas que no nosso ponto de vista são políticas públicas de Justiça social, redução das desigualdades sociais, política de cultura, de solidariedade, de cultura da paz, para que possamos, efetivamente, reduzir esses índices. Na nossa opinião, não cabe redução da maior idade penal, não cabe pena de morte, não cabe a violência desenfreada do Estado. É evidente que nós precisamos do suporte do Estado, e é necessário medidas repressivas, sim. É necessário aparelhar o Estado, com a polícia, com a informação, com tecnologia, é necessário tudo isso, mas além disso é necessário implementar uma política de justiça social para que a gente reduza a violência, porque só a implementação do aparato repressivo não é suficiente para resolver o problema.



Nós poderemos, nessa situação, ter um policial para cada habitante, e o problema da violência não se resolver, se não atacarmos as questões centrais.

Portanto, hoje nós vivemos em uma situação em que, do nosso ponto de vista, a violência é consequência direta desse sistema injusto que nós vivemos, porque se nós analisarmos a Secretaria de Segurança chega a afirmar que 70%, 80% ou 90% das mortes são em função do tráfico de drogas. Aí sem entrar no mérito da porcentagem, o fato concreto é que todas as mortes por conta do tráfico de droga dizem respeito à questão econômica, disputa financeira, disputa de espaço. E quase todas as mortes e assassinatos que acontecem são por questões econômicas, por dinheiro. É exatamente disputando espaço. São poucas as mortes e os assassinatos que você poderia caracterizar como uma morte provocada por um louco ou por um problema outro. Quase todos os assassinatos são provocados por questões econômicas, do nosso ponto de vista.

Hoje, chegou a tal ponto, que o homem virou uma mercadoria. Então, hoje, a vida não tem valor. O consumismo exacerbado, o individualismo, o salve-se quem puder. E isso leva a uma situação onde até mesmo a própria burguesia começa a ser atingida com isso, ou seja, a burguesia, as elites, tornam-se prisioneiras em suas próprias casas, com seus carros blindados, suas fortalezas, seus seguranças, suas prisões de luxo com os seus seguranças. E, aí, o homem perde o seu mais valioso bem: a sua liberdade de circular livremente entre as pessoas, circular livremente pelas ruas, circular livremente nos bairros. Repito, o ser humano perde aquilo que lhe é mais precioso: a sua liberdade.

Aliás, inclusive, eu gostaria de, neste aspecto, citar o Maluco Beleza. Raul Seixas, em sua música *As aventuras de Raul Seixas na cidade de Thor*, diz o seguinte: (lê) “*Tá rebocado meu compadre. Como os donos do mundo piraram, eles já são carrascos e vítimas do próprio mecanismo que criaram.*”

E, em outra música com o título de “*Eu sou um pacifista, trabalho pela paz e para um mundo melhor*”, Raul Seixas diz: (lê) “*Trabalho contra os caretas do mundo, contra o torpor, a imprecação, contra a arapuca que nos foi armada e durante séculos vivemos conformados, presos nela comendo o alpiste que nos dão. E o pior é que os que prepararam a arapuca também caíram nela, comem do mesmo alpiste e não sabem disso. Trabalho para*



sair da arapuca com todos os que estão querendo ser pássaros livres outra vez. Os que estão cegos ficarão soterrados dentro dela quando ela desabar. Sou um pacifista, a mando de forças exteriores. Pensando que estão por cima, os imbecis vivem dentro do mesmo esquema: a neurose, a preocupação criminosa e doentia de manter-nos a todos dentro da armadilha. Mas é preciso sair dela de qualquer maneira, é a única salvação ou seremos eternos pássaros tristes, presos numa arapuca com alpiste racionado. Porque às árvores nós pertencemos. Eu quero ver o mundo do cume alto de uma montanha.”

Então, o Maluco Beleza já fala da arapuca que a própria burguesia armou e a mesma burguesia é vítima de sua própria arapuca. Ele se refere à própria burguesia que perdeu a sua liberdade e sofre as consequências em certa medida.

Quero dizer que, hoje, esta sessão especial é em homenagem à comemoração ao Dia Estadual da Cultura e da Paz que aconteceu em 10 de dezembro, Dia Universal dos Direitos Humanos. E o dia de Fundação da Iapaz foi em 15 de dezembro. Estamos aproveitando esta mesma sessão especial para fazer essas comemorações.

Observamos que, exatamente neste mesmo dia, foi aprovado pelas Organização das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso se deu em reconhecimento às atrocidades cometidas durante as duas grandes Guerras Mundiais, onde se calcula a morte de, aproximadamente, 50 milhões de pessoas.

Então, os Direitos Humanos, hoje, se constituem em algo fundamental e, muitas vezes, não são respeitados, porque direitos humanos significa respeito ao ser humano. Costuma-se classificá-los em três gerações.

A primeira geração é aquela que trata de direitos civis, direitos políticos, direitos de liberdade, etc. A segunda geração considera-se como de direitos sociais, direitos econômicos, direitos culturais, direito à igualdade, etc. E a terceira geração compreende o direito ao desenvolvimento, à paz e à livre determinação; é a chamada geração da solidariedade, etc.

Por isso, escolhemos o dia 10 de dezembro, porque é o Dia Internacional dos Direitos Humanos e o Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos.



Mas quero, também, falar um pouco sobre o Iapaz – Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social. Este instituto foi um movimento criado a partir do Sindicato dos Bancários da Bahia. Este movimento surgiu em 199, e o que chamou a atenção para o seu início foi a morte do bancário Marco Antônio Leite Sobral e da estudante de medicina Juliana Marcante. Eles morreram em um assalto a banco, em Ondina, numa agência do Bradesco. Esse assalto teve uma repercussão enorme, tanto em nível estadual quanto nacional, pois sensibilizou toda sociedade.

O Sindicato dos Bancários, na época, fazia uma campanha pela segurança bancária, mesmo antes das mortes. Aliás, o projeto de lei que estabelece o uso de portas giratórias brotou do Sindicato dos Bancários da Bahia – já era lei, inclusive, mas na época a lei não era cumprida. Então, mesmo antes das mortes, o Sindicato dos Bancários fazia essa campanha, tanto para a segurança dos bancários quanto dos clientes. Lutava pela implementação da lei, por mais segurança, tecnologia e outros mecanismos, a fim de dar mais tranquilidade a toda a população.

Nesse período, quando havia qualquer assalto, o sindicato paralisava a agência em protesto. E no bojo dessa luta houve a morte desse bancário e da estudante em Ondina, fato que sensibilizou toda a sociedade. Resolvemos fazer um movimento de protesto contra o assassinato do bancário e da estudante, mas, refletimos no sentido de, além de nos preocupar apenas com os ricos que morrem fruto de assalto, pensarmos também nas 50 mil pessoas que morrem no Brasil e no anonimato, como se nada tivesse acontecido, ficando banalizado. Morre um pobre ou um negro no bairro e as pessoas já estão acostumadas, e imaginam, até, que era um marginal, um assaltante, mas na realidade são pessoas humildes, trabalhadores que perdem suas vidas diariamente.

Então, resolvemos fazer um movimento mais amplo, em vez de fazer um movimento apenas de protesto contra a morte do bancário e da estudante. Lançamos o nosso protesto na rua, com um imenso lençol branco de muitos metros de comprimento. A Avenida Sete foi tomada por esse grande lençol branco da paz e lançamos a nossa palavra de ordem, a nossa frase que repetimos cotidianamente: “Sem justiça social não há paz”. Essa foi a nossa palavra de ordem.



A partir desse momento, em 1999, todos os anos realizamos um seminário e uma caminhada propagando o *slogan*. Fizemos um seminário que deu origem a um livro com o mesmo nome: “Paz só com Justiça Social”, e várias personalidades participaram desse movimento. A partir daí, surgiu a ideia de fundar o Iapaz com o nome Instituto de Estudos de Ação pela Paz e Justiça Social.

Para nós, o complemento é importante, pois não queríamos colocar apenas Instituto da Paz, fizemos questão de colocar Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social. Foi proposital. O livro que elaboramos também teve o título “Paz só com Justiça Social”. O projeto de lei que apresentamos aqui, que foi aprovado e virou lei, institui, da mesma forma, o Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social. Participamos de todos os fóruns sociais mundiais que aconteceram, levando a nossa oficina cujo nome é esse: “Paz só com justiça social.”, e com diversos temas, como este por exemplo, aqui é um livro que lançamos: “O Livre pensamento nos fóruns sociais: teoria social crítica e econômica política contemporânea.”

Este livro aqui é resultado de todas as oficinas que apresentamos até então nos fóruns sociais, e aqui são vários temas: “Paz se aprende no colégio”: “o capitalismo”, “Os limites dos direitos individuais e a morte do social”; “Pós-colonialismo”, “Multiculturalismo e autonomia dos povos”; “Sociedade de classes, subdesenvolvimento e desenvolvimento dos países da América Latina”; “Sobre as mudanças políticas e econômicas recentes na América do Sul e a fase pós- neoliberal”; “Brasil, crescimento, concentração: a pobreza está menos pobre?”; “Socializar a riqueza para romper com a desigualdade social”, e assim por diante.

Então, aqui foi resultado de todas as oficinas que fizemos no Fórum Social Mundial e, no próximo ano, dia 25 de março, vamos participar, mais uma vez, do Fórum Social Mundial na Tunísia, levando a nossa palavra de ordem e o nosso grito de guerra de construir a paz com justiça social.

O Iapaz, de lá para cá, tem realizado suas atividades, participado de seminários, de reuniões, de debates, tem feito o seu seminário anual, a sua caminhada anual, tem trabalhado também na questão da defesa do consumidor. Nesse sentido, a entidade tem ingressado com ações coletivas em defesa do consumidor.



O Iapaz foi a entidade que entrou com ação contra tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis no Estado da Bahia, conseguiu uma vitória importante, parcial, no início; ingressou com ação contra o aumento da energia elétrica, e foi a primeira entidade a obter uma vitória, uma liminar favorável. Entrou com outras ações de defesa do consumidor, participou de várias atividades, realizou no ano de 2009 o curso de juristas populares da paz no bairro de Sussuarana, fundou alguns núcleos em alguns bairros e no interior. É uma entidade que se consolida a cada dia.

O nosso desafio é exatamente crescer, o Iapaz precisa crescer, expandir-se, sem se deformar. Esse é o grande desafio do Iapaz. Porque tudo aquilo que cresce e mantém estrutura se não tiver uma linha correta, um norte, corre o risco de deformar-se. E o nosso desafio é que o Iapaz cresça, amplie-se, que o Iapaz ganhe o mundo, ganhe o Estado da Bahia, ganhe o Brasil, mas mantendo fiel o seu objetivo central que é lutar por uma sociedade mais humana, por uma sociedade justa, por uma sociedade em que todos possam viver com dignidade.

Por isso estamos aqui neste momento realizando esta sessão especial, uma sessão que não tem grande número de pessoas, mas tem uma representatividade muito grande. Acaba de chegar o sindicato dos médicos, Dr. Deoclides Cardoso, que também foi um dos fundadores do Iapaz; Gey Espinheira, que foi um diretor importante do Iapaz; Dr^a Cléa, que hoje é presidente da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia; Ivonete, que é diretora; Nei Sá, que é diretor do Iapaz desde a sua fundação. O Iapaz consolida-se e busca manter a sua essência, manter o seu objetivo central de construir uma sociedade mais humana.

Portanto, esse é o nosso desafio e não poderíamos deixar aqui de registrar o Dia Estadual da Cultura da Paz. Esperamos que, no próximo ano, possamos nesse dia, no Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social, que coincide com o Dia dos Direitos Humanos, fazer grandes eventos, grandes debates envolvendo toda a sociedade. Também, que no próximo ano, possamos avançar e com isso ganhar os corações e as mentes das pessoas para incorporar essa ideia de que é necessário lutar, conquistar a paz com luta, com



combatividade e construir uma sociedade em que as pessoas não sejam mercadorias, em que as pessoas sejam solidárias, em que as pessoas possam efetivamente viver com dignidade.

Um grande abraço a todos vocês. Viva o Iapaz, viva o Dia estadual da Cultura da Paz! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4535-II

Ses. Esp. 14/12/12

Or. Ana Guedes

“Comemoração ao Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e Nove Anos de Fundação do IAPAZ”.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra à Sr^a Ana Guedes, representante do Grupo Tortura Nunca Mais.

A Sr^a ANA GUEDES:- Bom-dia a todas e a todos. Em nome do deputado Álvaro Gomes, proponente desta sessão, saúdo aos demais membros da Mesa. Acho que o deputado Álvaro, também, integrante e dirigente do Iapaz, já adiantou e já acrescentou, já esclareceu uma série de questões que eu tinha colocado aqui na minha fala, porque que temos uma certa sintonia nesta luta. Acho que podemos continuar um pouco aqui a desenvolver a temática.

Inicialmente queria parabenizar o Iapaz pelo aniversário. Estamos também numa semana importante de homenagens e de lembranças, de festejar, de lutas, de continuidade de batalhas e lutas que não acabam assim, pois estamos num momento onde tudo isso é muito oportuno. Quero dizer o seguinte: essa questão da justiça social, da paz, dos direitos humanos é uma questão muito ampla, perpassa por praticamente tudo da vida e da humanidade. É claro que a gente divide as questão por um motivo didático, mas no meu caso, que estou representando o Grupo Tortura Nunca Maia, centro mais na questão dos direitos humanos.

No dia 10 de dezembro, em 1948, o lançamento da... Há 64 anos ocorreu o lançamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que coincide com o início desse período, que o deputado Álvaro colocou aqui, da sociedade e bem-estar social, do pós-guerra – uma grande luta contra o nazismo, nós sabemos de Hitler, na Alemanha, apoiado por fascistas da Itália e por outros que se juntaram a ele. Depois da guerra ficou uma situação... cidades destruídas, principalmente na Europa, cenário da guerra, no caso a Segunda Guerra Mundial, e essa Declaração dos Direitos Humanos surge nesse bojo, apesar de nesse momento ela juntar nações até opostas, como a União Soviética, na época, que foi uma das participantes dos aliados, os Estados Unidos, países da Europa, o Brasil, que enviou tropas



par lutar contra o fascismo e o nazismo. Apesar disso tudo, juntaram-se momentaneamente, porque depois veio a guerra fria, e se fez essa Carta chamada Declaração Universal dos Direitos Humanos que versa sobre todos os direitos do cidadão: nenhuma pessoa pode sofrer tortura... e por aí vai. Qualquer pessoa pode ter acesso a ela até pela internet, é interessante.

O Brasil – tentando simplificar um pouco as coisas – é signatário dessa Carta. Isso não quer dizer que todos aqueles itens da Carta sejam respeitados. Temos um quadro, como Álvaro colocou, do qual falaremos sobre isso. Mas essa questão dos direitos humanos tem referências. A humanidade, desde que existe, teve que criar condições de convivência, mesmo com a luta de classes, mesmo nos primórdios quando os primeiros homens dominaram outros e os transformaram em escravos, botando para trabalhar para eles e não trabalhando, que iniciou o processo da chamada luta de classes porque, se você tem pessoas em posições diferentes, como o explorado e o explorador, inicia-se aí uma luta de classes. Mas de certa forma, mesmo com isso, a humanidade teve de encontrar uma forma de convivência. Tínhamos a barbárie, mas isso foi evoluindo para o direito, a cultura, enfim.

Então, no caso aqui dessa Declaração, podemos colocar duas referências básicas: depois do século XV, no caso o XVIII, em 1776, com a Independência Americana, que fez uma Carta mais democrática; e a Revolução Francesa, em 1789. E depois vem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Esses são marcos referenciais dos Direitos Humanos. Não estou querendo dizer com isso que a violação existiu desde os primórdios e exista até hoje, mas são marcas e referências a que não podemos deixar de nos reportar.

Então, a Declaração Universal dos Direitos Humanos retrata, do ponto de vista de concepção histórica, o estágio evolutivo de determinada sociedade em algum período de evolução, ou seja, naquele momento é daquela forma e em outro é de outra forma. E como é um tema amplo e transversal, como falei, o alcance da conquista desses direitos implica em mudanças políticas estruturais profundas. Por isso, Álvaro falou e também falo na questão das políticas públicas, do investimento na saúde, educação, ou em medidas que possam ir coibindo ao longo do tempo a existência de violações.

Temos de falar igualmente na concepção de segurança do nosso Brasil. Somos um País colonizado pelos portugueses. Naquele período a concepção era essa. Eles precisavam



expandir o seu mercado e vieram para cá. Como se diz na gíria, beberam o sangue e chuparam os ossos. Levaram o pau-brasil, as nossas riquezas e, para trabalhar, escravizaram os negros africanos. Então, temos um legado do modo de produção escravista no Brasil de 300 anos que tem sequelas até hoje. Não preciso dizer isso, que vocês sabem mais do que eu.

Então, esse tema implica em mudanças políticas profundas no processo histórico brasileiro. Não vai dar para falar aqui, porque senão vou passar o dia todo falando. Mas o nosso processo sempre teve uma disputa muito grande, depois da Independência, da República e tudo mais, das oligarquias no Brasil.

Lutas sempre existiram, desde Zumbi. A luta contra os holandeses no Brasil, a luta com os portugueses, o 2 de Julho, enfim, a Revolta dos Búzios. Não vamos citar todas aqui, porque são muitas. O povo brasileiro não é passivo, ele sempre se revoltou pelos seus direitos, contra a tirania e tudo mais. Mas sempre quem esteve no poder foram as oligarquias. Até na Revolução de 30, quando Getúlio Vargas brigou com a oligarquia do café-com-leite de Minas e São Paulo para ser presidente do Brasil. Era uma oligarquia contra outra. Uma era um pouco mais avançada, arejada, e foi aí que começou uma industrialização e tudo mais. Mas eram oligarquias.

Nesse bojo foi o tempo todo essa luta, essa disputa. Em 1945, depois da guerra, era um momento mais favorável. Chegou a ser legalizado, inclusive, o Partido Comunista do Brasil, que foi fundado em 1922, naquela clima das lutas operárias em São Paulo, e a vida inteira ele foi perseguido. Mas nesse clima do Pós-Guerra se conseguiu até isso, porém só durou dois anos sua legalidade naquele período. Foi nele que se elegeram homens históricos, como Carlos Marighella, deputado pela Bahia, Jorge Amado, o senador Luís Carlos Prestes, que era o dirigente máximo do Partido Comunista naquela época. Aquelas pessoas é que eram vinculadas diretamente, e o partido até hoje, aos interesses do povo em geral.

Depois disso, com alguns percalços, como o suicídio de Getúlio, tivemos em 1964 uma ditadura militar. Queria falar rapidinho sobre isso porque tem a ver com o meu Tortura Nunca Mais. A ditadura militar no Brasil durou 21 anos. No momento em que Cuba estava botando para fora o Fulgêncio Batista, os países da América Latina começavam a se mexer. Eram guerrilhas aqui, ali e acolá. Houve, claro, o mundo capitalista como é até hoje. Naquele



tempo ainda tinha a bipolaridade. Hoje é unipolaridade, como Álvaro Gomes falou. E não se hesitou. Articularam os golpes militares na América Latina. No Brasil, em 1964, fomos vítimas de um golpe militar articulado por civis, empresários brasileiros, banqueiros. E foi uma tragédia na vida do povo brasileiro, assim como o AI-5, a perseguição política a todas as organizações. Os sindicatos foram destruídos, acabados. Houve mortes, desaparecimentos até hoje. Isso trouxe perseguição política, perda de emprego, enfim, uma perseguição que, até hoje, reverbera em nossa sociedade.

Eu, inclusive, faço parte deste trabalho. Há uma Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que faz o trabalho da chamada reparação. Todo mundo, que sentiu ou foi perseguido pela ditadura militar, pode entrar com o pedido de reparação contra a União. Em outras palavras, o Estado Democrático de Direito brasileiro, com todos os problemas que nós temos, é um Estado que reconhece os seus erros e pede desculpas àquelas pessoas pelo que ocorreu durante os 21 anos de ditadura.

Falo rapidamente para nós termos uma ideia. Houve uma luta e uma resistência contra esta ditadura na década de 1970, englobando a luta pela anistia. Nós conseguimos tirar os presos da cadeia e trazer os exilados. Só que, até hoje, nós procuramos as ossadas ou os restos mortais de desaparecidos na Guerrilha do Araguaia e em outros lugares. Há desaparecidos a exemplo de Rubens Paiva, Eduardo Collier, etc; aqui na Bahia, há Sérgio Fialho – se não me engano. Nós temos tudo isso, lá, no Grupo Tortura Nunca Mais. Vejam, como é muita gente, nós não conseguimos decorar todos os nomes.

Nesse processo de conquista da luta pelos direitos humanos, em 1993, houve uma conferência em Viena que definiu a elaboração de programas nacionais de direitos humanos nos países que estavam participando do encontro. Ou seja, isso tudo, esse conjunto de ações pela luta do movimento social, essas articulações internacionais, tudo isso vai se juntando. Chega a um determinado momento que se cria um volume e causa efeito. Isso – como se diz – dá um salto qualitativo. Por isso, iniciativas, como esta de hoje, também se somam certamente.

Então, com esses programas, ainda aqui no Brasil, em 1993, foi iniciado e foi feito o primeiro programa nacional de direitos humanos. Tal programa avançou, também, para as



questões específicas de direitos de negros, mulheres, homossexuais, crianças e adolescentes. O primeiro programa brasileiro de direitos humanos foi em 1996, ainda no período de Fernando Henrique. Antes, porém, ainda em 1995, foi criada a Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos. Então, os familiares desses desaparecidos e militantes da luta pelos direitos humanos foram se articulando para criar essa comissão.

Temos uma companheira do Grupo Tortura Nunca Mais, Diva Santana, que representa os familiares dos mortos e desaparecidos nesta comissão. Ela tem uma irmã e um cunhado desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Nesta comissão, há representação até das Forças Armadas, incluindo o Exército. Esta comissão começou a levantar os dados como se fosse informar os processos e foi reparando junto aos familiares.

Vejam, não resolve, né, gente? A pessoa não volta mais, tampouco os seus restos mortais. A cultura humana diz que todo mundo quer enterrar os seus mortos. Essas pessoas foram levando os processos e foram sendo reparadas com indenização e reconhecimento do Estado para que se pudesse ter o atestado de óbito. Imaginem, até isso, ou seja, o atestado de óbito não havia.

Em 1997, foi criada uma lei que define os crimes de tortura. Isso são espaços que fazem avançar o processo civilizatório da humanidade. Existe uma lei contra a tortura no Brasil de 1997. Acabou a tortura no Brasil? Nem pensar. A nossa estrutura de segurança pública é, historicamente, muito comprometida. Culturalmente, ainda é muito deformada. Isso não é uma crítica, mas uma compreensão de que ela existe e é um fato consumado.

A lei está aí. Soube, ontem, que, cada vez mais, pessoas têm denunciado crimes de tortura. Não sei se o crime aumentou ou não. Parece-me, contudo, que as pessoas estão tendo mais coragem de denunciar. Pelo conhecimento da lei, a questão da tortura, que existiu particularmente junto a presos e junto a perseguidos políticos na ditadura militar, reverbera, hoje, junto à população, principalmente na periferia, onde há mais negros e pobres vítimas de crimes de tortura.

Então, dando um salto para concluir, pois não quero tomar mais tempo, esses programas de direitos humanos foram sendo elaborados. Vejam, eu não posso deixar de reconhecer isso aqui, pois, com a eleição de Lula, nós demos uma virada na Constituição



democrática do Brasil. Esta é a minha opinião. Observem, antes um pouco e a partir da eleição de Lula, essas coisas foram sendo mais reforçadas.

As conferências de diversos setores foram sendo mais incentivadas e acontecendo cada vez mais. Houve conferências de: LGBT, mulheres, juventude, movimento negro e o tudo mais. Isso foi e é uma grande conquista, porque essas conferências são um instrumento ou uma ferramenta em que se reúnem desde o pequeno até maior. Inicialmente, reúnem-se no município. Depois, reúnem-se em seus estados. Dali, são eleitos os delegados para as conferências nacionais. Isso tudo é de um valor inestimável.

Em direitos humanos, isso já vinha acontecendo. E, em 2008, houve a décima primeira conferência que continha três eixos envolvendo uma série de questões. O eixo, ao qual eu vou me referir aqui, é o do direito à verdade e à memória. Foi nessa conferência de 2008 que se aprovou a criação da Comissão Nacional da Verdade, criada dois anos depois. Quando se falou em criar, o mundo veio abaixo, os militares, aqueles recalcitrantes, a burguesia brasileira fizeram muita pressão para que não fosse criada, tanto que demorou dois anos, quando a presidente Dilma fez a promulgação da lei e indicou sete nomes para essa comissão.

Antes disso, os estados começaram a criar os Comitês Pela Verdade, aqui na Bahia tínhamos o CPV, lançamos até aqui na Assembleia, que é a parte da sociedade civil para reforçar, para fazer movimento e empurrar. E a Comissão da Verdade foi criada.

Depois disso, iniciativas para formar nos estados, inclusive o deputado Álvaro tomou iniciativas já há mais de um ano, e finalmente aconteceu já neste ano, segunda-feira o governador instituiu a Comissão Estadual da Verdade, que é para apurar os crimes da ditadura militar na Bahia. Aqui tivemos 30 e tantas pessoas mortas ou desaparecidas, então essa comissão foi criada, veio a ministra, o lançamento foi feito pelo governador no Pelourinho, no Dia Internacional dos Direitos Humanos e já irá começar a funcionar.

Enfim, esse conjunto de medidas, uma sessão como esta, um lençol branco que Álvaro costuma abrir na Avenida Sete, essa coisa do Comitê da Verdade, o grupo Tortura Nunca Mais, crianças e adolescentes, esse conjunto de medidas da sociedade civil associado ao conjunto de medidas governamentais, que num governo democrático como o nosso – acho



que fazemos muitas parcerias -, mas com todos os defeitos que temos, esse conjunto de ações vai fazer com que cheguemos a ter essa paz e essa justiça social que o deputado Álvaro fala aqui. Esse conjunto de ações vai assegurando, as leis melhorando, o Brasil sendo signatário de acordos internacionais, e tudo mais, assegurando um processo que chamamos de justiça de transição. Nós vivemos um pouco esse momento de justiça de transição. Existem estudiosos do Direito que já se dedicam a isso e essa justiça de transição é o conjunto de ações que fazem com que a sociedade avance e nós consigamos conquistar aquilo que almejamos.

Esta semana eu ouvi a presidente Dilma dizendo que o dinheiro do pré-sal vai ser todo para a educação. Achei muito interessante, porque uma sociedade que investe em educação tem outras possibilidades.

Então, minha gente aqui presente, é este o nosso recado, participo aqui com muita alegria e acho que é mais uma iniciativa e aí vocês levem para as áreas de vocês, as entidades, as comunidades essa compreensão da necessidade da justiça social, da solidariedade, mas vamos entender também que é preciso muito investimento material para que essas coisas aconteçam mais rapidamente. Não podemos deixar a peteca cair, somos lutadores para isso, desejamos é que a sociedade se aperfeiçoe e que os homens, as pessoas, a humanidade se tornem melhor.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



4536-II

Ses. Esp. 14/12/12

Or. Major Honorato

“Comemoração ao Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e Nove Anos de Fundação do IAPAZ”.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Registrar a presença de Magnólia Sacramento da Frente de Luta por Moradia e de Maria Moraes, secretária da Sedes – Secretaria de Desenvolvimento Social e de Combate à Pobreza, e convido-a para a Mesa.

Concedo a palavra ao Major Honorato, representando aqui o comandante-geral da Polícia Militar Coronel Castro.

O Sr. MAJOR HONORATO- Bom dia a todos, nobre deputado Álvaro Gomes, nosso presidente da Mesa, a Sra. Ana Guedes, a Sra. Ivonete Bispo, a todos os presentes.

É com muita honra que me faço aqui presente, representando o nosso Comandante-Geral da PM, Cel. Alfredo Castro e ressalto que muitas vezes na corporação ficamos presos à segurança pública, ao controle, e este tema paz a gente percebe que ele precisa ser cultuado.

Hoje na corporação é muito comum nós estarmos com a presença em sala de aula da academia, dos cursos de formação de representantes dos direitos humanos, representantes da comunidade e já há um discurso muito forte, hoje, nos nossos currículos de formação. Já há um discurso muito presente hoje na corporação, um tema focado nos direitos humanos.

Quando se fala em cultura de paz, a gente percebe que é importante que isso flua com maior naturalidade. Nós criamos leis, criamos sistemas de controle da ação policial, mas a cultura, ela é intrínseca, ela tem que estar presente a partir de uma constante renovação do afeto, do amor, da tolerância, ações de respeito, isso não se constrói só com leis, tem que ser construído paulatinamente.

Hoje a corporação busca formar seus soldados com muito mais tolerância. Hoje os nossos currículos são recheados, filosofia, psicologia, antropologia, direito, mas a cultura de paz tem que nascer essencialmente dos lares, essencialmente das rotinas, dos contatos. Não há paz se não houver uma consciência de que eu tenho que respeitar a minha esposa, o meu filho, o meu vizinho.



Às vezes, fico pensando, a Bahia antigamente, nos anos de outrora, era um Estado de paz, de tolerância, talvez uma tolerância um pouco ingênua, mas o povo de Salvador é visto como tranquilo de paz e amor. E hoje, percebemos que de alguma forma nossa sociedade, o País como um todo vive um clima de insegurança, instabilidade, de desconforto e muitas vezes é, porque nossos lares estão sem paz, as nossas casas estão sem paz.

Muitas vezes, aquele contentor do policial militar nas ruas é um desajuste calcado nessa diferença social, nessa falta de visão dos recursos sociais. Digo aos senhores, sou policial há 25 anos, hoje trabalho no Pelourinho, no 15º Batalhão, mas nasci em Alagados, nas palafitas, meu pai soldado, minha mãe, lavadeira. Vi muita violência, vi muitas ações agressivas, mas o que me trouxe aqui na condição de major, psicólogo e mestre em antropologia, foi essencialmente o afeto dos meus pais, no lixo, na pobreza, nas palafitas, e sinto que hoje falta muito isso, essa ação primordial que é o exemplo.

Numa sociedade onde existe o consumo, as pessoas brigam muito para ter direitos ao acesso, o direito à riqueza, a blocos, esquece, às vezes, do diálogo, de um carinho, de um afago que faz essencialmente germinar um cidadão.

Nesta Casa, neste dia que se cultua a paz e os direitos humanos, a PM, ela precisa de, mais uma vez, estar reforçando. Não basta pensarmos em controle, em armas, em viaturas, é preciso fazer germinar no coração dos policiais a paz.

O deputado Álvaro está de parabéns, em estar lembrando, porque muitas vezes esquecemos de falar em amor, falar em paz.

A todos um bom dia. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



4537-II

Ses. Esp. 14/12/12

Or. Ivonete Bispo

“Comemoração ao Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e Nove Anos de Fundação do IAPAZ”.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a Ivonete Bispo, representante do Iapaz.

A Srª IVONETE BISPO:- Bom-dia a todas e a todos, é com muita honra que, como diretora, represento o Iapaz, entidade que tenho orgulho de dirigir pela luta que trava nestes nove anos de existência, uma luta preocupada com a população e com o povo em geral, luta por dignidade para a população de Salvador.

Sou a diretora que representa os bairros de Salvador dentro do Iapaz. Fazemos um trabalho que não é fácil, precisamos de mais unidade dentro dos movimentos para discutir a questão de direitos humanos dentro das comunidades, não é fácil você levar e construir isso nas comunidades porque, hoje, precisamos de tudo. Não vou falar aqui sobre a violência, porque o nosso deputado já retratou aqui, e também tenho orgulho de ser diretora do Iapaz e conviver com ele que é um deputado preocupado com a população e com a dignidade do ser humano, e o Iapaz é um instituto que defende o bem-estar da população.

Então, quero fazer essa saudação aqui à entidade da qual sou diretora, temos os nossos parceiros, como Rita Sabadolli, o pessoal da frente de moradia, pessoal dos bairros, que estão aqui presentes e que fazem um trabalho junto conosco, junto com o Iapaz. O Iapaz que tem também as suas entidades aliadas, fazemos um trabalho coletivo, nunca deixamos de fazer, fazíamos caminhada, hoje é sessão especial, ela vai continuar sendo realizada, sempre, porque é um instituto sério e preocupado com a sociedade, com a paz social e com os direitos humanos em si. Tudo que a gente faz é para defender a população.

Então, queria fazer essa saudação porque já foi dito aqui tudo o que poderia, a história do Iapaz, o histórico da entidade o nosso deputado fez isso belamente e estou fazendo só essa saudação. Muito obrigada às pessoas que estão aqui presentes, aos bairros, às entidades, aos diretores do Iapaz.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



4538-II

Ses. Esp. 14/12/12

Or. Maria Moraes

“Comemoração ao Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e Nove Anos de Fundação do IAPAZ”.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à secretária da Sedes, Maria Moraes.

A Sr^a MARIA MORAES:- Bom-dia a todas e todos, quero saudar a mesa na pessoa do nosso deputado Álvaro Gomes e já agradecer e parabenizá-lo por esta iniciativa.

Hoje é um dia, para nós, com a agenda bastante apertada, agora pela manhã temos a posse dos conselhos municipais da assistência social do município de Salvador, temos uma agenda para discutir também os direitos humanos na questão das crianças de Monte Santo, mas não podíamos deixar de registrar a nossa presença nesse evento, por entender que não há desenvolvimento social sem uma cultura de paz.

Durante muitos anos, nós falávamos que a paz passa pela distribuição dos bens, e falávamos que a paz passa, necessariamente, pelo acesso ao pão, o acesso à palavra, a garantia do pão e da palavra. E como bem colocou a minha antecessora, quando ela fala da questão da mudança do conceito de desenvolvimento que nós, sociedade brasileira, milhares e milhares de mulheres e homens que integram esse país, consegui dar, quando, através de eleições livres, consegue chegar até os governos dos estados, e aí já introduzir um novo conceito de desenvolvimento, onde a prevalência não é o econômico, mas a prioridade e o eixo orientador são as políticas sociais.

E como mudamos, saímos de um patamar onde, em 2002, apenas 9,2% do PIB era consumido no gasto social, para hoje 24,2%, e isso nos alegra. Diminuímos desigualdade, diminuímos pobreza, mas aumentamos a violência. Então, o grande vetor que nos mobilizava, pensando a questão da violência como algo inerente à desigualdade, hoje nos leva a um outro questionamento. Não podemos esquecer dessa relação, porque ela é substantiva, real, concreta, não há paz sem distribuição de bens, não há paz sem garantir a palavra.



Mas, há uma dimensão que nos parece que de uma certa forma nós secundarizamos. E na condição de gestora pública eu não tenho vergonha de confessar isso, que é essa a dimensão mais relacional da pobreza. Trabalhamos muito e nos ocupamos com a questão da materialidade, talvez porque era a falta mais gritante. Mas, agora, a gente vê que junto com a busca dessa materialidade, devemos dar igual importância a essa cultura de paz, que, me permitam, a mim parece que passa muito pelo valor que nós atribuímos a uma unidade que eu digo, unidade de referência do desenvolvimento social, que é a família, enquanto espaço da acolhida, espaço privilegiado do cuidado, espaço privilegiado para mediar e tecer a estrutura necessária, para que o humano conviva com as diferentes etapas da sua vida e saiba expressá-la de forma adequada, sobretudo no momento das adversidades.

Então, por isso que eu coloco como esse momento é importante para nós, pensar a paz, e pensar quais requisitos ela reivindica para se instalar como realidade. É preciso uma política de redistribuição da riqueza? Eu acredito que não nos resta dúvida quanto a isso, mas, sobretudo, o que é que essa riqueza propicia. E a gente vê que do ponto de vista dos equipamentos nós temos toda uma estrutura normativa, discursiva bem construída. Nós temos uma Lei Orgânica da Assistência Social, que vai lá incluir os CRAS como equipamento de referência dessa política, que vai incluir a família como unidade de referência desses equipamentos. E o que nos falta? A Bahia tem 552 CRAS, todos eles com programa de atenção integral à família funcionando. O que nos falta?

Eu acho que com toda essa luta por direito, por garantia de direito, por reconhecer um contingente de pessoas excluídas de um conjunto mínimo, ético, necessário ao exercício da cidadania, a gente precisa desenvolver, junto com isso, a nossa capacidade de enxergar no outro a nossa própria humanidade, porque eu acho que quando a gente consegue desenvolver essa capacidade, consegue ver no outro a nossa própria humanidade e quando a gente vê a nossa própria humanidade, a gente encontra a força necessária para fazer com que, no primeiro momento, o impossível parecer possível.

Então, por isso, fiz questão de estar aqui para desse lugar social, de Secretária do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia, louvar, agradecer e disponibilizar a secretaria nessa construção de uma cultura de paz.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigada. Parabéns, mais uma vez, deputados a todos os presentes (Palmas).
(Não foi revisto pelo orador.)



4539-II

Ses. Esp. 14/12/12

Or. Deoclides Cardoso

“Comemoração ao Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e Nove Anos de Fundação do IAPAZ”.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Queria perguntar se alguém do plenário gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa).

Concedo a palavra ao representante do Sindicato dos Médicos, Dr. Deoclides Cardoso.

O Sr. DEOCLIDES CARDOSO:- Bom dia a todos e a todas, cumprimento a Mesa na pessoa do deputado Álvaro Gomes e parabenizo, ao mesmo tempo, pela grande iniciativa de criar esse Dia Estadual de Paz com Justiça Social, pelos 9 anos e a paz é uma iniciativa, a meu ver, que muitos, às vezes, acham que não têm um valor na sociedade, mas do meu ponto de vista, têm um valor enorme.

Eu me lembro, como foi referido aqui por Ana, à época da ditadura, nós tínhamos algumas bandeiras que muitos não acreditavam, como a Constituinte livre e soberana, como a anistia ampla e irrestrita e a gente vivia em uma época de chumbo e achava que aquelas bandeiras não teriam êxito. E, como agora, ostenta essa bandeira aí, a violência está aumentando e não vai ter sucesso.

Mas, queria dizer que essa bandeira mostra uma luz, um farol, no sentido de a sociedade, à medida que vai tomar conhecimento dessa bandeira, infelizmente, a imprensa não dá muito espaço para esse tipo de iniciativa, o que a gente vê é a cultura da violência. Eu acho que faz até mal a gente ver televisão no horário de meio-dia, porque é só violência pregando violência.

Então, como as novelas impõem à sociedade algumas modas, quando sai a moda na novela, em pouco tempo vemos que já está nas ruas, também a violência pregada pela televisão, sem dúvida, estimula a violência, principalmente nos jovens que não têm um nível de consciência nem preparo para receber tais informações.



Portanto, acho que a questão dessa bandeira, a gente insistir, especialmente, com esse complemento de paz só com justiça social, a gente tomar consciência que sem distribuição de renda, com esse fosso que existe na sociedade, nós não teremos paz. Às vezes, pega aqui a questão da religião, mas a religião também, principalmente, nesse setor dos evangélicos, ampliou-se muito e a violência aumentou.

Agora, temos que lembrar o fosso social, a questão da distribuição de renda era muito pior poucos anos atrás. A gente viu que com o neoliberalismo tudo era importado, o desemprego aumentou aceleradamente. A questão da educação também não teve uma importância grande e isso que estamos vivendo hoje, embora concordo que tenha aumentado a violência, mas ela estaria, sem dúvida, muito pior, se tivéssemos sem os 12 milhões de empregos gerados nesse período recente, sem a questão da sociedade se organizar, as entidades sociais e sem dúvida nenhuma viveríamos um caos muito maior na sociedade. Então, acredito que essa iniciativa, como foi colocado aqui, de essas verbas do pré-sal irem para a Educação, apostarem na Educação, em pouco tempo iria melhorar muito o problema da violência. Aqueles jovens que hoje entram no mundo do crime não passam dos 25 anos, teriam perspectiva de ser cidadãos, teriam vez na sociedade. Sem dúvida isso vai melhorar em pouco tempo. Apostar também na distribuição de renda e na Educação.

Acho que o Iapaz tem esse papel importante. Vida longa ao Iapaz! Essa bandeira, como a da Anistia e a da Constituinte, há tempos atrás, vai ter sucesso e êxito. Parabéns ao Iapaz! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 14/12/12

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes): - Mais alguém quer fazer uso da palavra? (Pausa) Não havendo mais ninguém que queira fazer uso da palavra, agradeço a presença do major Honorato, que representa aqui o comandante da Polícia Militar, o coronel Castro; agradeço a presença de Maria Moraes, secretária da Sedes – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; Ivonete, que é militante histórica dos bairros e também diretora do Iapaz; Ana Guedes, batalhadora de muito tempo na luta pelos direitos humanos; agradeço a presença de Gilmar, defensor público. Agradeço também a presença do Sindicato dos Bancários, da Federação dos Bancários, do Sindicato dos Médicos, do Movimento pela Moradia, do Movimento dos Sem-Teto. Enfim, agradeço a presença de todos.

A luta pela paz deve estar na ordem do dia de cada um de nós. Esta Casa Legislativa não poderia ficar de fora, não poderia deixar de fazer esse debate aqui. Esperamos que no próximo ano esse debate retorne a esta Casa Legislativa para que possamos efetivamente construir a cultura da paz com justiça social e construir uma sociedade onde todos possam viver com dignidade.

Portanto, em nome do Poder Legislativo do Estado da Bahia, declaro encerrada a presente sessão. (Palmas)